Processo n.º 764/2007

(Recurso Contencioso)

Data : **10 de Dezembro de 2009**

Recorrente: **A**

Recorrido: **Secretário para a Segurança**

ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

I - RELATÓRIO

A, Investigador Principal Aposentado, melhor identificado nos autos, tendo sido notificado da prática de acto expresso por parte do Exmo Senhor Secretário para a Segurança, aqui entidade recorrida, autor do Despacho n.º 6/SS/2008, dele veio recorrer, alegando em sede de síntese conclusiva:

1) *A fundamentação do despacho recorrido é precária, pois é incompleta deixando dúvidas sérias sobre, não só a sua veracidade, como também quanto ao conteúdo de algumas das afirmações ali efectuadas, o que leva o recorrente a ignorar os motivos porque se decidiu pela não autorização da licença de uso e porte de arma de defesa ao recorrente.*

2) *O acto recorrido padece, assim, de vício de forma e ofende o conteúdo essencial do direito fundamental de contraditar, com o que é nulo. cfr. art. 113 a 115º e 122, n.º 2 alínea f) do C.P.A.;*

3) *Para além disso, o acto recorrido erra nos pressupostos de facto, pois nenhum motivo existe para não conceder a licença de uso e porte de arma ao recorrente;*

4) *O erro nos pressupostos de facto em que incorre o acto recorrido torna - o anulável.*

Termos em que entende dever o presente recurso ser julgado procedente, julgando-se nulo o acto recorrido ou, caso assim se não entenda, anulando-se o mesmo.

O Exmo. Senhor Secretário para a Segurança do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, contestando, disse fundamentalmente:

O Secretário para a Segurança, prosseguindo uma avaliação da actual situação de Macau, que se caracteriza por uma cidade pacificada, decidiu-se pelo cancelamento da licença de uso e porte de arma ao recorrente, que a detinha com fundamento no seu passado profissional de investigador criminal da Polícia Judiciária.

Na verdade existem no processo evidências de conduta agressiva, materializada em 8 queixas por abuso de força e o facto de tais incidentes não terem originado processo disciplinar não inibe o Secretário para a Segurança de formular um juízo de alguma inquietação, a qual é incompatível com a atribuição de licença para o porte e uso de arma de defesa.

Ora, não obstante estatutariamente o recorrente beneficiar de alguma vantagem relativamente ao cidadão comum quanto ao uso e porte de arma uma vez desligado do serviço policial (art. 15º, n.º 3 da Lei n.º 5/2006) a verdade é que as presunções em que

assenta tal norma, são ilidíveis pela presença de diferentes factores de ponderação que podem pôr em causa a autorização.

Não pode permitir-se que os critérios de segurança estabelecidos na lei geral faleçam perante um direito estatutário, mormente quando está em causa a segurança das pessoas.

Nos termos expostos, pugnou pelo **não provimento** do presente recurso.

O Digno Magistrado do MP emitiu o seguinte douto parecer:

Requeriu A, ao abrigo do disposto no art. 81º, CPAC, a prossecução do presente recurso contencioso contra o despacho do Secretário para a Segurança de 7/1/08 que, pese embora revogando despacho anterior na matéria, manteve, com nova fundamentação, decisão de cancelamento da sua licença de uso e porte de arma, assacando-lhe vícios de falta de fundamentação e erro nos pressupostos de facto.

Cremos que, sem razão.

Desde logo, atentando nos termos externados pelo acto em crise, facilmente se alcança conter o mesmo, com clareza, suficiência e congruência, os motivos de facto e de direito que determinaram a decisão e que se prendem, no fundamental, com o facto de a conduta do recorrente, enquanto ao serviço, se ter caracterizado como agressiva, sendo referenciado como "protagonista" em 8 queixas por abuso excessivo de força e ameaças, com referências a "envolvimentos de proximidade relacional com elementos conectados com o crime organizado, participando em algumas das suas iniciativas", razões que, associadas

ao facto de o recorrente se encontrar já aposentado, não carecendo de maior segurança que a proporcionada para o comum dos cidadãos, terão levado ao cancelamento em questão.

Perante o assim externado, conjugado com as disposições legais invocadas ficou, pois, o recorrente, como, aliás, qualquer cidadão médio, perfeitamente ciente das razões que determinaram a decisão: poderá não concordar com elas, mas que se encontram expressas, e são claras e congruentes, não restarão dúvidas.

No que tange aos pressupostos de facto, se bem apreendemos o argumentado pelo recorrente, assenta o mesmo a sua tese em 3 vectores essenciais:

- relativamente ao envolvimento e proximidade relacional com elementos conectados com o crime organizado, não se pode pronunciar, por lhe não terem sido fornecidos quaisquer elementos atinentes a tal premissa;

- quanto à necessidade da arma para sua defesa e segurança, contesta a asserção da Administração, já que se não trata de um vulgar cidadão, mas de investigador com vários anos de serviço, exposto, pelas próprias características da função e actividade ao mundo do crime e, como tal, sempre passível de alvo de retaliação, sobretudo na condição de aposentado;

- finalmente, o facto de ter sido alvo das 8 queixas mencionadas não significa, por si só, que revele indignidade ou falta de idoneidade moral, já que, além do mais, alguns deles não deram sequer origem a processos disciplinares e, os, que foram instaurados acabaram por ser arquivados.

Bem vistas as coisas, os 2 últimos segmentos anunciados não se reportam propriamente a contestação de matéria de facto, tratando-se, antes, de juízos de valor, de apreciações sobre a matéria.

Isto é, o recorrente não contesta a efectiva existência das aludidas queixas: o que não retira é, como a Administração, dessa factualidade qualquer desvalor para a sua personalidade ou conduta, sendo certo, por outro lado, que a necessidade ou não do uso e porte de arma para sua defesa, é, pela sua própria natureza, um juízo conclusivo.

Seja como for, a existência daquelas 8 queixas não é contestada e não vemos como exagerada a conclusão da recorrida a partir de tal facto, no sentido do carácter agressivo do recorrente, sobretudo tendo em conta a matéria a que as mesmas se reportam (uso abusivo da força e ameaças), independentemente de tais queixas terem ou não desembocado em processos disciplinares e estes em efectiva condenação.

Pode não existir prova do ilícito, mas o avolumar de queixas a tal nível (conquanto se não trate de eventual “perseguição” oficial ou pessoal, o que não é afirmado ou sequer sugerido pelo próprio) não poderá deixar de inculcar aquela perspectiva acerca do carácter e personalidade do visado.

Quanto ao envolvimento e proximidade relacional do recorrente com elementos conectados com o crime organizado, a comunicação que lhe foi efectuada reportava, em específico, alguns dos elementos sobre que assentava essa asserção, referindo, inclusive, o n.º das páginas do procedimento instrutor (fls. 34 a 39) em que tal ressaltaria, sendo certo que o recorrente com tal se conformou, nunca tendo providenciado para, nos termos legais, ter acesso a essa informação (art. 27.º, n.º 2, CPAC), sendo, aliás, sintomático que, face à imputação em causa o recorrente nunca a tenha afrontado e contestado decididamente, refugiando-se no pretense desconhecimento para afirmar que “... não pode, como é óbvio, aceitá-lo ou ter elementos para poder dela discordar ...”,

Depois, mesmo dando de barato que o recorrente, enquanto na sua vida profissional, tenha lidado com delinquentes e marginais perigosos, tal não bastaria para, por si só,

alcançar a licença que almeja, caso a tal se opusesse, validamente, como parece ser o caso, a prognose relativa à sua personalidade, integridade e idoneidade moral.

Os critérios de segurança e paz social que devem presidir à concessão da licença em questão hão-de, concerteza, prevalecer sobre o eventual "acréscimo" de prognose de risco (inerente, em princípio, a qualquer desligado do serviço policial), que o recorrente sustenta.

Para além de que é a própria lei quem, expressamente, contempla a necessidade de avaliação da personalidade e suporte moral dos candidatos a tal tipo de licença.

Finalmente, algum afloramento no argumentado relativamente ao tratamento de casos de outros retirados das funções policiais, não tem, no caso, qualquer subsistência, uma vez que o recorrente não apresenta, desde logo, qualquer caso similar ao seu, a merecer tratamento diferenciado.

Daí que, por não ocorrência de qualquer dos vícios assacados, ou de qualquer outro de que cumpra conhecer, sejamos a pugnar pelo não provimento do presente recurso!

A final veio a ser proferida decisão que anulou o acto recorrido por ter ocorrido vício de violação de lei, tendo sido considerado que o Estatuto do pessoal da PJ confere o direito ao uso e porte de arma ao pessoal da investigação aposentado, não se tendo enxergado condições que impeçam o seu exercício.

Interposto recurso desta decisão para o V.^a TUI, entendeu este Tribunal, dando razão à entidade recorrente, o Exmo Senhor Secretário para a Segurança, que ocorreu omissão de pronúncia por o TSI não ter apreciado dos

pressupostos contemplados no nº 4 do artigo 15º da Lei 5/2006 e que são impeditivos ou extintivos do direito de uso e porte de arma conferido ao pessoal investigador aposentado da PJ, pelo que o TSI deverá conhecer essa questão.

O **Digno Magistrado do MP** junto deste Tribunal reitera o seu parecer no sentido de que estão verificados os pressupostos conducentes à perda do referido direito.

Foram colhidos os vistos legais.

III - FACTOS

Com pertinência, reproduz-se aqui a matéria de facto anteriormente fixada:

É do seguinte teor o despacho ora recorrido:

“O recorrente impugna o despacho do Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública, que lhe cancelou a licença de uso e porte de arma, prevalecendo-se da falta de fundamentação e de erro nos pressupostos de facto com? causa da sua invalidade jurídica.

Em presença do respectivo processo administrativo contacto de elementa probatórios bastantes e uma motivação conforme os seguintes legais “ (sic.)

“Com efeito, a fundamentação do acto há-de ser assente em factos adquiridos no processo, por forma a que o administrado perceba o circunstancialismo em que a sua pretensão é denegada, bem como o respectivo suporte legal. Não é o caso do despacho impugnado, do qual não se vislumbram os factos que motivam a solução legal encontrada.

Assim, nos termos do artigo 161º do Código de Procedimento Administrativo REVOGO o despacho impugnado, **todavia,**

Considerando os elementos constantes do processo administrativo organizado no Corpo de Polícia de Segurança Pública, oriundo da Polícia Judiciária e que caracterizam a conduta do requerente como agressiva, referindo-o como protagonista em 8 queixas por uso abusivo da força e ainda num caso de ameaças; considerando ainda outras referências a envolvimento e proximidade relacional com elemento conotados como o crime organizado, participando em algumas das suas iniciativas, como decorre da informação constante de fols. 34 a 39; considerando, por fim, que o requerente está aposentado e se entender que o uso e posse de arma não constitui *mais-valia* relevante para a sua segurança pessoal, na medida em que a tal basta a segurança que lhe proporcionam as autoridades em igualdade de circunstâncias com o comum dos cidadãos,

No uso dos poderes de tutela que me confere o artigo 4.º do Regulamento Administrativo n.º 6/1994 e bem assim a competência que me advém da Ordem Executiva n.º 13/2000, determino o cancelamento da licença de uso e porte de arma concedida ao recorrente, **A** o que faço nos termos gerais do artigo 31.º do Regulamento de Armas e Munições aprovado pelo DL n.º 77/99/M, com os efeitos do seu artigo 32.º e, ainda, com referência ao artigo 15.º, n.º 4 da Lei n.º 5/2006,

disposição à qual se remetem, alias, as informações da Direcção da Polícia Judiciária.

Notifique o recorrente nos termos gerais do Código de Procedimento Administrativo, através do CPSP, dando ainda, conhecimento ao Tribunal de Segunda Instância para efeitos do disposto nos artigos 81º, n.ºs 1 e 3 do CPAC.

Gabinete do Secretário para a Segurança da Região Administrativa Especial de Macau, aos 17 Janeiro de 2008

O Secretário para a Segurança”

Já na situação de aposentado da PJ ao recorrente foi emitido o cartão constante de fls 34, pelo qual se assegura que o *“portador... tem o direito ao uso e porte de arma de defesa, independentemente de licença”*.

Nada consta em seu desabono do respectivo registo biográfico em termos de sanções disciplinares.

Foi classificado em 1996 em 1997 com a classificação de “Bom”; em 1998 com “Muito Bom”; em 2002, 2003, 2004 com “Bom”, “Satisfaz” em 2004 e 2005.

Da prova produzida nos autos resultou que o recorrente lidou com investigação de casos criminais de alguma gravidade e relacionados com a criminalidade organizada, se tem manifestado receoso e intimidado, por causa disso.

Mostra-se pessoa idónea, calma, não agressiva, bondosa.

Dá-se aqui por reproduzido o teor da informação vertida a fls 34 a 39 dos autos.

III - FUNDAMENTOS

1. Em cumprimento do duto acórdão do TUI, de 29/6/2009, somos a pronunciarmo-nos sobre a questão tida como omissão de pronúncia e considerada erro de julgamento, incidindo tal avaliação na pretensa desconsideração por banda deste Tribunal dos pressupostos atinentes a uma alegada incapacidade física e/ou psíquica para o efeito para o uso e porte de arma - artigo 15º , n.º 4 da Lei Orgânica da PJ (Lei 5/2006) sobre a incapacidade física e/ou psíquica do recorrente.

2. Pensamos que tal matéria não deixou de ser conhecida, ainda que, admite-se, imperfeitamente expressa.

Na verdade, no acórdão anterior não se deixou de afirmar:

“(...) Basicamente o direito ao uso e porte de arma foi cancelado com fundamento em informações internas, vindo a ser proferido um outro despacho que assentou nas seguintes razões para tal cancelamento: conduta do requerente como agressiva,(o que resulta de 8 queixas por uso abusivo da força e um de ameaças); referência a envolvimento e proximidade relacional com elementos conotados com o crime organizado, participando em algumas das sua iniciativas; desnecessidade do uso e porte de arma, vista a situação de aposentação do

requerente, não se vislumbrando que necessite de uma segurança reforçada em relação ao comum dos cidadãos.

O que de alguma forma se estranha e se questiona, é porque, estando o recorrente aposentado apenas desde 2007, tendo logo formulado o requerimento de porte de arma de defesa, tais elementos não justificaram uma actuação disciplinar condicente com a gravidade da actuação ora insinuada.

(...)

Bem ou mal, cremos até que bem, até porque se presume que o legislador consagrou as soluções mais acertadas, o legislador entendeu conceder tal direito ao pessoal de investigação, preocupando-se em dizer que esse direito só cessa quando revele incapacidade física ou psíquica, factores estes que não constituíram fundamento para o referido cancelamento ora sob apreciação.

Também não se verifica a condição de não atribuição do direito, qual seja a punição disciplinar de suspensão ou superior nos últimos 5 anos.

O cadastro disciplinar do agente mostra-se limpo.

(...)

Compreende-se e aceita-se a situação de excepcionalidade que deve rodear a atribuição das licenças de arma de defesa, não sem que se refira a latere que o grosso da criminalidade com armas de fogo resulta da ilegalidade da sua posse e não já da legalidade decorrente das situações licenciadas.

Essa preocupação não deixa de estar ínsita em alguns arestos da nossa Jurisprudência¹, se bem que os Tribunais tenham sido sensíveis à contemplação de um sentimento justificado de insegurança, especialmente por quem, durante grande parte da sua vida, pela dos outros arriscou a sua própria.

Mas o que sobretudo aqui relewa é a consagração de um direito, não se enxergando condições que impeçam o seu exercício.

(...)”

3. Não obstante, se o Colendo TUI entendeu que o este Tribunal não se pronunciou sobre esse pressuposto, não se deixará de se dar cumprimento ao que vem determinado, procurando-se ser mais claro na pronúncia sobre a matéria de facto que foi fixada e na interpretação dessa factualidade, nomeadamente da matéria consubstanciada na documentação de fls 34 a 39 do P. I.

Creemos, assim, que face à prova testemunhal produzida e à documentação junta aos autos que não há elementos bastantes para comprovar uma incapacidade física ou psíquica do recorrente de forma a obstar ao exercício do seu direito ao uso e porte de arma decorrente da lei, como aposentado da PJ, no entendimento que defendemos nos autos e sufragado pelo TUI relativamente ao caso do Estatuto da PJ, citada Lei 5/2006.

¹ - Ac. Do TUI, proc. 40/2007, de 4/3/08; 5/2006, de 26/1/06; do TSI, proc. 544/2006, de 17/5/07; 88/2005, de 3/11/05;

Ora, o recorrente nunca foi punido, durante toda a sua longa carreira, com pena disciplinar de suspensão nem superior e também nunca foi sequer acusado e, muito menos punido por sentença com trânsito em julgado, que revelasse indignidade ou falta de idoneidade moral. (cfr. art. 15º, nº 3 da Lei 5/2006)

4. Mas o que está em causa é uma pretensa **incapacidade física e psíquica para o exercício do direito referido.**

Da prova testemunhal reitera-se a convicção formada de que nada se provou em desabono do recorrente, antes pelo contrário se evidenciou uma personalidade perfeitamente compatível com a detenção de uma arma e seu uso em termos de equilíbrio, sensatez, ponderação e contenção, enquanto se revelou uma pessoa idónea, calma, não agressiva e bondosa.

Também da prova documental junta aos autos nada se comprova em termos de preenchimento desse requisito obstativo ao exercício do direito.

O mesmo se diga em relação à informação de fls 39 com a alusão aí feita a alguma instabilidade psíquica do recorrente nos últimos anos do na PJ. Em que se concretiza essa instabilidade nada se sabe e nada é dito sobre essa afirmação necessariamente conclusiva.

A prova feita nos autos, como já afirmado, inculca exactamente na inveracidade dessa afirmação.

Por outro lado, quanto às queixas, - e aqui estamos claramente a repetir-nos - elas nada comprovam. Desde logo trata-se de queixas que foram arquivadas; o cadastro disciplinar do recorrente está sem mácula.

Depois, como se justifica, se isso era tão grave, que se mantivesse ao serviço sem processo disciplinar e já depois, em 1994, tivesse sido até classificado várias vezes de *Muito Bom* e tivesse um louvor colectivo publicado em O.S..

5. Há ainda outros argumentos que se têm por não despiciendos.

Se o fundamento era a instabilidade psíquica aludida na informação de fls 39 do PI, por que razão esse fundamento não foi considerado no despacho recorrido, antes se aludindo a queixas arquivadas do longínquo ano de 1994?

O despacho recorrido invoca duas ordens de fundamentos: uma, por causa daquelas queixas, sobre as quais sobrevieram mais de 15 anos, sobre elas se sobrepondo várias classificações de mérito; outra, a proximidade relacional com elementos conotados com o crime organizado.

Se assim era, não se percebe por que razão – existindo já esses fundamentos no momento da aposentação – não foram tidos em conta de forma a actuarem nesse momento ou até em momento anterior, nomeadamente em 2001, quando lhe foi dada licença relativamente aos actos relacionados com as ditas queixas.

O que fica, então, em termos seriamente relevantes, como

fundamento no despacho recorrido, é aquela *proximidade relacional*, o que, face à legislação aplicável (nos termos sufragados pelo TUI) nunca seria motivo de perda do direito, visto o aludido art. 15º da Lei 5/2006.

Isto tudo para dizer que não há elementos bastantes para integrar a verificação do pressuposto de alguma incapacidade física ou psíquica que possa justificar a perda do direito de uso e porte de arma, tratando-se de um direito *ope legis* e não de uma qualquer licença como superior e doutamente expendido no acórdão do TUI.

Face ao exposto mantém-se o anteriormente decidido, embora com o fundamento de que o acto recorrido será anulado por ter ocorrido violação de lei na modalidade de erro nos pressupostos que levaram a entidade recorrida a não autorizar o uso e porte de arma ao recorrente, enquanto Investigador Principal Aposentado.

IV - DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em conceder **provimento ao presente recurso contencioso e, em consequência, em anular o despacho ora recorrido.**

Sem custas, por delas estar isenta a entidade recorrida.

Macau, 10 de Dezembro de 2009

João A. G. Gil de Oliveira

Lai Kin Hong

Choi Mou Pan